



Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes

Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes

Os problemas da inserção da mulher no mercado de trabalho são bastante conhecidos: taxas de desemprego mais altas, menores salários, dificuldades de crescimento profissional e maior informalidade. Em 2023, a lei da igualdade salarial buscou criar parâmetros para enfrentar a falta de isonomia de salário entre homens e mulheres. O ambiente democrático, pós-eleição de 2022, propiciou condições para o avanço da negociação coletiva, não apenas elevando os salários, mas também possibilitando a discussão das cláusulas de igualdade de gênero.

O crescimento da economia também foi positivo para o emprego, de maneira geral. Os dados indicam que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu entre 2,5% e 3,0% em 2023, percentual maior do que o esperado. No mercado de trabalho, os dados refletem a melhora. O desemprego caiu de 7,9%, no 4º trimestre de 2022, para 7,4%, no mesmo período de 2023, o que representou a saída de 490 mil pessoas do contingente de desempregados, segundo dados da PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O número de ocupados aumentou em 1,615 milhão e o rendimento médio foi ampliado em 3,23% no mesmo período. Todos os resultados são favoráveis na comparação com o cenário dos anos anteriores.

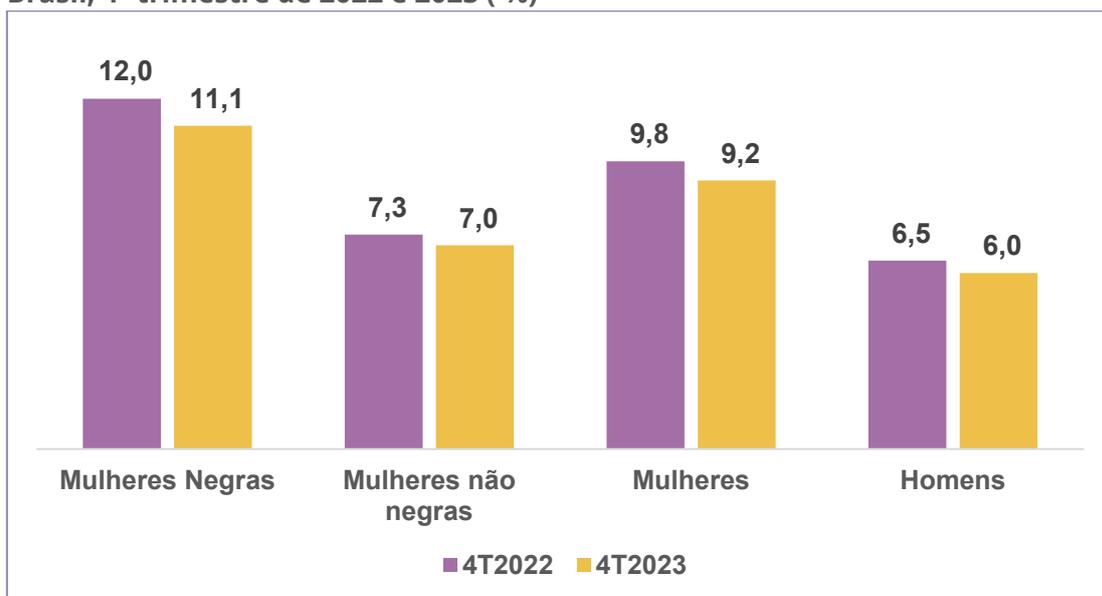
O objetivo deste Boletim é acompanhar a inserção das mulheres no mercado de trabalho entre o 4º trimestre de 2022 e o mesmo trimestre de 2023, por meio dos dados da PnadC, com destaque para a diversidade no segmento informal, que, no 4º trimestre de 2023, equivalia a 39,1% da população ocupada e abrangia os trabalhadores domésticos, por conta própria e assalariados sem carteira e trabalhadores familiares.

A inserção feminina entre o 4º trimestre de 2022 e 2023

A taxa de desocupação das mulheres diminuiu de 9,8% para 9,2% entre os 4º trimestres de 2022 e 2023, o que correspondeu à saída de 271 mil trabalhadoras do contingente de desocupados. Já a dos homens passou de 6,5% para 6,0%, redução de 219 mil pessoas. Porém, no 4º trimestre de 2023, as mulheres representavam a maioria dos desocupados (54,3%) e 35,5% delas eram negras e 18,9%, não negras. No 4º trimestre de 2023, havia 2,865 milhões de mulheres negras desocupadas, o que correspondia a uma taxa de desocupação de 11,1%. Já as não negras desocupadas totalizaram 1,526 milhão, o equivalente a 7,0% de desocupação (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

Taxa de desocupação por sexo e raça/cor
Brasil, 4º trimestre de 2022 e 2023 (%)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

No 4º trimestre de 2023, 66,286 milhões pessoas estavam fora da força de trabalho e, dessas, 42,839 milhões eram mulheres, o que corresponde a 64,6% do total. Entre o 4º trimestre de 2022 e o de 2023, houve aumento de 358 mil mulheres e 26 mil homens fora da força de trabalho, um indicador da dificuldade de inserção e permanência que elas enfrentam no mercado de trabalho.

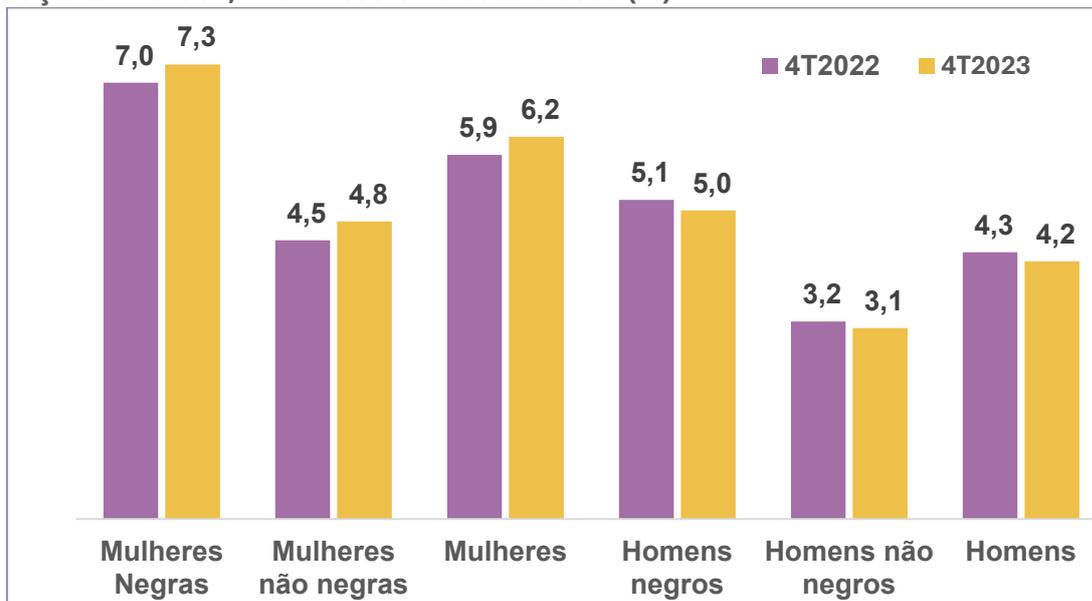
A pandemia também afetou mais as trabalhadoras. Enquanto a participação dos homens voltou ao nível anterior à crise sanitária, elas sentiram mais dificuldades para voltar ao mercado de trabalho e enfrentaram taxas de desemprego mais altas. Durante a pandemia, algumas mulheres assumiram tarefas adicionais nos domicílios (como o cuidado de outras pessoas). Outras perderam postos de trabalho em atividades mais afetadas pela crise (comércio, restaurantes e serviços) e, mesmo com a retomada da economia, muitas ainda não conseguiram se recolocar.

Entre o 4º trimestre de 2022 e o de 2023, a ocupação feminina aumentou 1,65%, acréscimo de 705 mil mulheres, e a masculina, 1,60%, o equivalente a 910 mil homens a mais na população ocupada. A ocupação das mulheres negras cresceu 2,5%, o que representou 565 mil novas ocupadas. Entre as não negras, a alta foi de 0,7% ou 140 mil mulheres a mais.

A taxa de subutilização, considerada como recorte de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas em relação à força de trabalho, das mulheres negras foi a maior (7,3%), seguida pela dos homens negros (5,0%). Para as não negras, a taxa ficou em 4,8% e para os homens não negros, em 3,1%. A fragilidade da inserção da mulher negra mais uma vez aparece quando se entende que elas trabalham menos do que gostariam e precisam, com jornadas e salários menores. Entre os dois trimestres analisados, a taxa de subutilização entre as mulheres cresceu: entre as negras passou de 7,0% para 7,3% e entre as não negras, de 4,5% para 4,8% (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Taxa de subutilização por insuficiência de horas por sexo e raça/cor - Brasil, 4º trimestre de 2022 e 2023 (%)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

O rendimento médio mensal das mulheres (R\$ 2.562) no 4º trimestre de 2023 foi 22,3% menor do que o recebido pelos homens (R\$ 3.323). Entre todas as ocupadas, 39,9% recebiam no máximo um salário mínimo e, entre as negras, metade ganhava até esse valor (49,4%), enquanto essa proporção era de 29,1% entre as não negras e de 29,8% entre os homens. Já entre aqueles que terminaram o ensino superior, elas ganhavam, em média, R\$ 4.701, 35,5% a menos do que eles (R\$ 7.283).

Quatro de cada 10 pessoas (39,6%) ocupadas como diretoras ou gerentes eram do sexo feminino, mas quando se observa o rendimento de homens e mulheres nessa função, nota-se que elas (R\$ 5.900) recebiam 29,5% a menos do que eles (R\$ 8.363), no 4º trimestre de 2023.

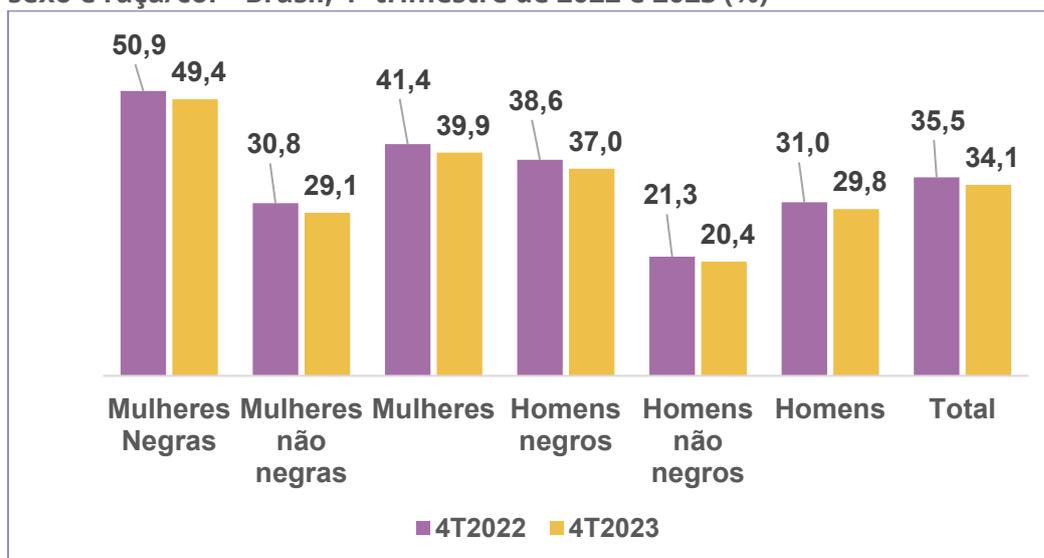
Esses números refletem os preconceitos e desigualdades existentes no mercado de trabalho brasileiro: a dificuldade de se aceitar que mulheres possam comandar; a discriminação e o assédio sofridos pelas trabalhadoras, o que prejudica a permanência delas nos postos de trabalho; os problemas para conciliar os afazeres domésticos e as atividades profissionais (enquanto as mulheres

ocupadas dedicavam, em média, quase 17 horas semanais com afazeres da casa e relacionados às famílias, em 2022, os homens dispensavam em média 11 horas nessas atividades); os obstáculos enfrentados para conseguir creches para os filhos; a necessidade de participar de cursos fora da jornada de trabalho, entre tantos outros.

Vale ressaltar a importância da política de valorização do salário mínimo e a retomada do crescimento do emprego, que fizeram com que as proporções de ocupados com rendimento de até 1 salário diminuíssem entre o 4º trimestre de 2022 e o de 2023, independentemente de sexo e raça/cor dos trabalhadores (Gráfico 3).

GRÁFICO 3

Proporção de ocupados que recebiam até 1 salário mínimo, por sexo e raça/cor - Brasil, 4º trimestre de 2022 e 2023 (%)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

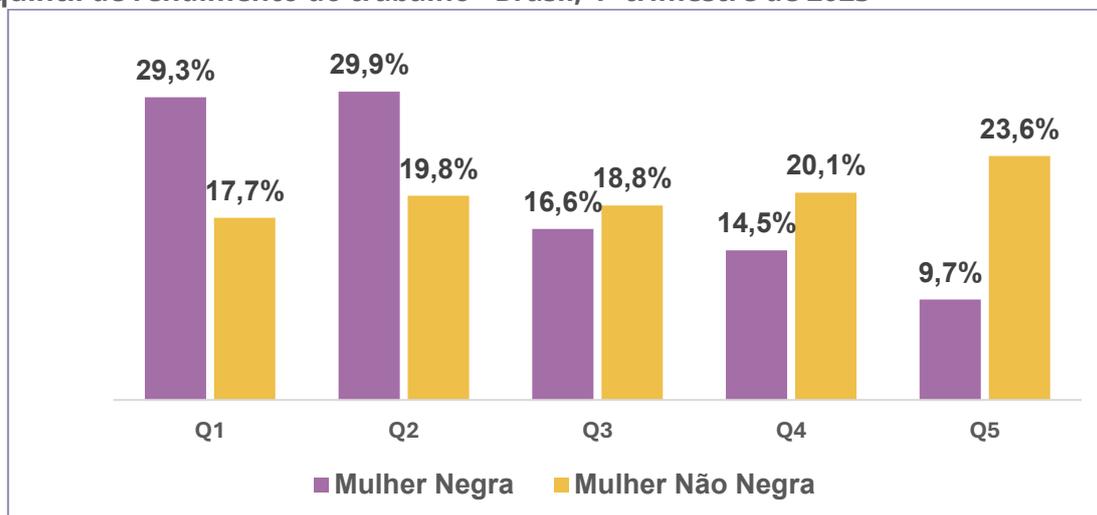
A divisão do rendimento do trabalho por quintil¹ mostrou que, no total dos ocupados, as mulheres negras se concentraram nos quintis mais pobres: 59,2%

¹ Os ocupados foram divididos em cinco grupos. No primeiro estão os 20% com rendimentos mais baixos e, no quinto, aqueles com rendimentos mais altos. Os valores dos rendimentos de corte por quintil foram de R\$ 1.216 para o 1º quintil; R\$ 1.500 para o 2º; R\$ 2.000 para o 3º quintil, e R\$ 3.500 para o 4º quintil. Em uma situação de total igualdade, os trabalhadores estariam distribuídos igualmente nos cinco quintis.

recebiam até R\$ 1.500, ou seja, estavam no 1º e 2º quintil de rendimento do trabalho (Gráfico 4).

GRÁFICO 4

Distribuição das mulheres negras e não negras ocupadas, por quintil de rendimento do trabalho - Brasil, 4º trimestre de 2023



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

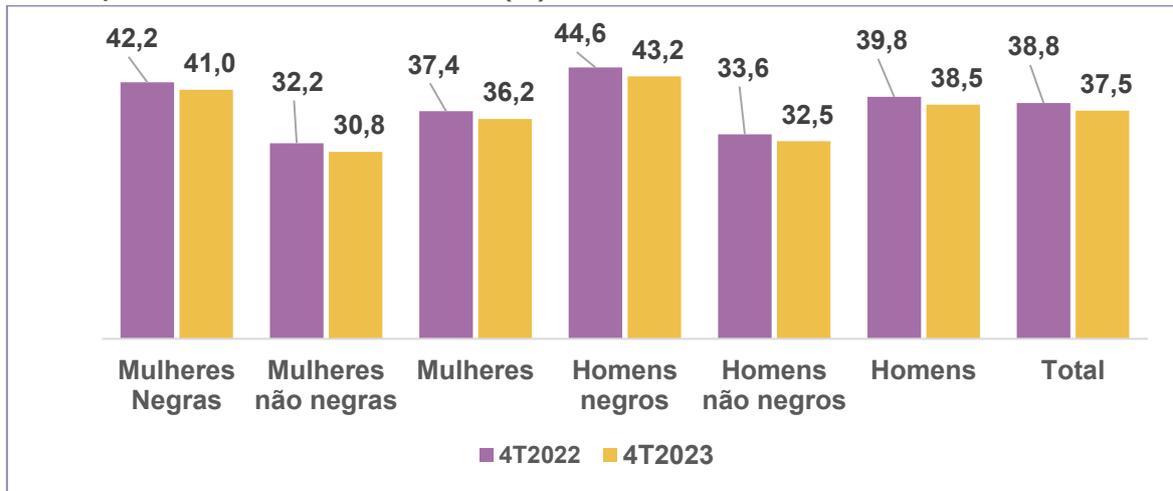
A informalidade e a precarização do trabalho da mulher

Os negros são maioria entre os que têm inserção informal²: representam 41,0% das trabalhadoras e 43,2% dos trabalhadores ocupados em situação de informalidade. Entre os não negros, a proporção de mulheres nessa situação era de 30,8% e a de homens, de 32,5%, no 4º trimestre de 2023. Importante observar a queda da informalidade entre os últimos trimestres de 2022 e 2023, refletindo a melhora no mercado de trabalho (Gráfico 5).

² Foram considerados informais: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada; empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada; empregador sem registro no CNPJ; trabalhador por conta própria sem registro no CNPJ; e trabalhador familiar auxiliar.

GRÁFICO 5

Proporção de ocupados com inserção informal, por sexo e raça/cor
- Brasil, 4º trimestre de 2022 e 2023 (%)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

A informalidade tem efeito sobre a qualidade do trabalho, interfere no acesso aos direitos trabalhistas e nos rendimentos dos trabalhadores. Para esse boletim, os ocupados foram divididos por quintil de rendimento do trabalho, para se entender onde estão concentradas as trabalhadoras informais.

Considerando a inserção informal, no 1º quintil, nove em cada 10 ocupadas (88,0%) estavam na informalidade. Nos demais, a taxa diminui consideravelmente. No último quintil, a taxa de informalidade foi de 12,3% para negras e de 15,5% para as não negras. Ser informal, para uma parcela grande de trabalhadores, significa receber baixo salário e não ter proteção da legislação.

TABELA 1

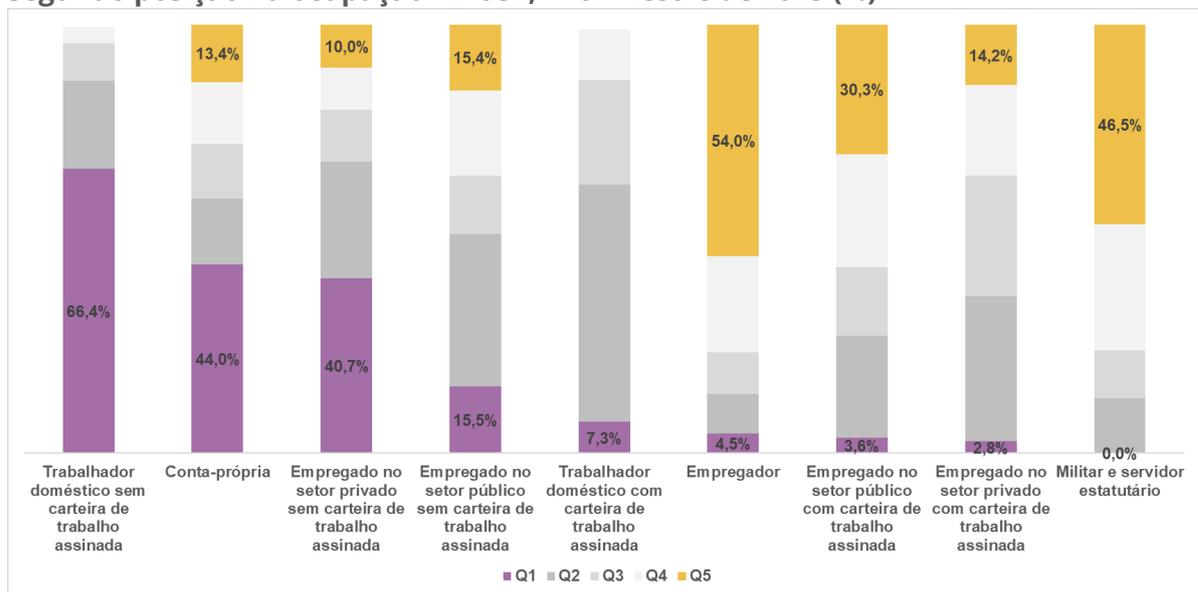
Taxa de informalidade das ocupadas de cada quintil do rendimento no trabalho principal, segundo cor/raça
Brasil, 4º trimestre de 2023 (%)

Quintil	Mulheres Negras	Mulheres não negras	Mulheres
Q1	89,9	84,3	88,0
Q2	27,5	30,9	28,8
Q3	22,0	21,9	21,9
Q4	17,4	18,7	18,1
Q5	12,3	15,5	14,5
Total	41,9	32,6	37,5

Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

Olhando somente as mulheres ocupadas, é possível perceber que as que estavam em postos tipicamente informais estão concentradas nos quintis mais baixos: trabalhadoras domésticas sem carteira (66,4% no primeiro quintil), conta própria (44,0% no primeiro quintil) e empregadas sem carteira no setor privado (40,7% no primeiro quintil). Já nas posições formais (empregados com carteira no setor público ou privado e militares e estatutários), há uma concentração nos quintis mais ricos (Gráfico 6).

GRÁFICO 6
Distribuição das ocupadas, por quintil de rendimento do trabalho segundo posição na ocupação - Brasil, 4º trimestre de 2023 (%)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
 Elaboração: DIEESE

Do total de ocupadas, 20,4% eram trabalhadoras por conta própria com e sem CNPJ, o equivalente a 8,849 milhões de mulheres. Esses trabalhadores, em essência, são aqueles que prestam serviços a várias empresas ou pessoas. A intensa flexibilização das relações de trabalho, aprofundada pela reforma trabalhista de 2017, fez crescer o desassalariamento, a quantidade de trabalhadores por conta própria e de outras formas de contratação. Das ocupadas negras com rendimento no 1º quintil, 40,9% se inseriam como conta própria, enquanto no 5º quintil, elas representavam apenas 14,1%.

Entre as mulheres não negras ocupadas no 1º quintil, 42,2% eram conta própria e entre as ocupadas do 5º quintil, a proporção era de 18,0%.

TABELA 2
Proporção das ocupadas conta-própria, por quintil de rendimento do trabalho - Brasil, 4º trimestre de 2023 (%)

Quintil	Mulheres Negras	Mulheres não negras	Total Mulheres
Q1	40,9	42,2	41,3
Q2	10,5	15,9	12,5
Q3	12,9	16,5	14,7
Q4	15,9	18,4	17,3
Q5	14,1	18,0	16,8
Total	20,0	20,9	20,4

Fonte: IBGE. Pnad Contínua
 Elaboração: DIEESE

Ser conta própria e ter um CNPJ garante que o trabalhador tenha registro de Microempreendedores Individuais (MEI) ou de empreendedores individuais do Simples, o que dá acesso aos direitos em lei de assistência social e à Previdência. Ao se analisar a renda entre as trabalhadoras por conta própria com e sem CNPJ, ficou evidente que 90,9% das ocupadas com rendimento no 1º quintil não estavam cadastradas no CNPJ; no 2º quintil, o percentual ficou em 73,1%, enquanto no 5º quintil, 59,3% das trabalhadoras por conta própria tinham empresa, CNPJ e, portanto, acesso à proteção legal (Tabela 3).

TABELA 3
Proporção das ocupadas conta-própria, por quintil de rendimento do trabalho segundo registro no CNPJ - Brasil, 4º trimestre de 2023

Quintil	Com registro no CNPJ	Sem registro no CNPJ	Total
Q1	9,1%	90,9%	100%
Q2	26,9%	73,1%	100%
Q3	35,3%	64,7%	100%
Q4	46,6%	53,4%	100%
Q5	59,3%	40,7%	100%
Total	27,3%	72,7%	100%

Fonte: IBGE. Pnad Contínua
 Elaboração: DIEESE

A comparação do perfil e da inserção das ocupadas por conta própria com rendimento no 1º quintil de renda e no 5º quintil reforça a diferença entre essas trabalhadoras:

- Aquelas que atuavam por conta própria e tinham maiores rendimentos possuíam também mais anos de estudo. Entre as trabalhadoras por conta própria do 1º quintil, o nível de escolaridade mais frequente foi o ensino médio completo (39,1%) e fundamental incompleto (26,2%), enquanto no 5º quintil, 65,8% das ocupadas tinham o ensino superior completo e 21,5%, o médio completo.
- Há mais trabalhadoras por conta própria jovens no primeiro quintil. Cerca de uma em cada cinco (20,8%), no primeiro quintil de rendimento, tinha menos de 30 anos. No quintil de maior renda, essa proporção era de 13,8%, ou seja, equivalia a uma em cada sete mulheres.
- Por setor de atividade, no 1º quintil, cerca de 26,4% das trabalhadoras por conta própria estavam no *comércio* e 24,6%, no agregado *outros serviços* (que abrange serviços pessoais, isto é, prestados para pessoas e não para empresas, como cabeleireiras e manicures, por exemplo). Já entre as que estavam no quintil de maior renda, 31,4% trabalhavam no setor de *informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* e 24,2% no setor de *educação, saúde humana e serviços sociais* (Tabela 6).

TABELA 4

Proporção de ocupadas conta-própria do 1º e do 5º quintil de rendimento do trabalho, segundo grupamento de atividades Brasil – 4º trimestre de 2023 (%)

Grupamento de atividade	1º quintil	5º quintil
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8,4	2,5
Indústria geral	18,4	3,4
Construção	(1)	(1)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	26,4	15,1
Transporte, armazenagem e correio	1,0	2,7
Alojamento e alimentação	13,5	5,3
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	3,7	31,4
Educação, saúde humana e serviços sociais	3,5	24,2
Outros Serviços	24,6	14,7
Atividades mal definidas	(1)	(1)
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) a amostra não comporta desagregação para a categoria

A análise dos dados do 4º trimestre de 2023 indicou melhora em relação ao ano anterior, mas as desigualdades persistem. Com mais horas dedicadas aos afazeres domésticos, as mulheres, além de serem maioria no contingente de desocupados, enfrentam dificuldades de crescimento profissional e de chegar aos cargos de direção e gerência; estão alocadas em ocupações com vínculos formais e ganham menos do que os homens.

A persistente informalidade do mercado de trabalho, com um número cada vez maior de trabalhadoras por conta própria, assalariadas sem carteira e trabalhadoras domésticas sem direitos, abriga enorme contingente de mulheres negras e não negras em subocupações, com poucas horas de trabalho e rendimentos baixos, sem acesso à proteção da lei.

O 1º quintil de rendimento do trabalho, que reúne as trabalhadoras que receberam até R\$ 1.256, é composto majoritariamente por mulheres negras, sem proteção legal.

Entre as quase 8,9 milhões de brasileiras que se inserem como conta própria no mercado de trabalho, apenas parte tem acesso a benefícios e direitos legais, garantidos pela abertura de MEI e do Simples, enquanto outras milhões lutam para trabalhar e manter a família, vivenciando situações muito precárias de ocupação e renda, sem qualquer proteção legal ou perspectiva de aposentadoria. São trabalhadoras para as quais deveriam ser desenvolvidas, com urgência, políticas públicas.

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente – José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretor Executivo – Carlos Andreu Ortiz

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretora Executiva – Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe técnica

Patrícia Costa

Gustavo Monteiro